

1 Ata da 14ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA
2 No dia vinte e oito janeiro do ano de dois mil e dezesseis, atendendo ao Edital de
3 Convocação nº 06/2015, reuniram-se em Assembleia Geral os Chefes do Poder
4 Executivo dos Municípios integrantes do Consórcio de Informática na Gestão Pública
5 Municipal – CIGA e demais Prefeitos presentes, conforme assinaturas na lista de
6 presenças anexa. Às quinze horas foi aberta a Assembleia Geral pelo Presidente do
7 CIGA, Prefeito de Braço do Trombudo, Sr. Charles Rafael Schwambach, o qual
8 cumprimentou os integrantes da Mesa: o presidente da Federação Catarinense de
9 Municípios e Prefeito de Taió - Sr. Hugo Lembeck, o Sr. Célio José Bernardino -
10 Secretário Executivo da AMFRI e concluiu estendendo seus cumprimentos aos
11 demais presentes. Na sequência, o Sr. Charles R. Schwambach concedeu a palavra
12 ao Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni L. Albino, para que prosseguisse com a
13 Assembleia. O Diretor Executivo cumprimentou os integrantes da mesa e todos os
14 presentes e efetuou a leitura da pauta da Assembleia, a qual segue: 1) Deliberação
15 sobre: Relatório de Atividades do Exercício de 2015; Prestação de Contas do
16 Exercício de 2015; e Plano de Trabalho 2016; 2) Homologação dos reajustes dos
17 valores dos Programas do CIGA para 2016; 3) Homologação do orçamento do CIGA
18 para o exercício de 2016; 4) Homologação do ingresso de novos Municípios no
19 CIGA; 5) Aprovação das Alterações do Contrato de Consórcio Público do CIGA; 6)
20 Eleição e posse dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e
21 7) Assuntos diversos. Ato contínuo, o Diretor Executivo apresentou os atuais
22 sistemas ofertados pelo CIGA: Programa de Gestão de Obras, Programa de Gestão
23 das Câmaras de Vereadores, Diário Oficial dos Municípios, Registro Mercantil
24 Integrado, Gestão do Simples Nacional e Gestão da Nota Fiscal de Serviços
25 Eletrônica. Na sequência, o Sr. Gilsoni L. Albino destacou o ingresso de 48 novos
26 municípios ao CIGA em 2015, totalizando 283 municípios consorciados, sendo 275
27 municípios catarinenses (93,2% do estado de Santa Catarina) e cinco capitais de
28 outros estados, estas contratantes do sistema do Simples Nacional. Os seguintes
29 dados foram apresentados pelo Diretor Executivo, relativos à atuação do CIGA em
30 2015: mais de 500 contratos de prestação de serviços ativos; cerca de 5.000
31 usuários dos programas; 173 municípios publicando no DOM/SC; 10 milhões de
32 downloads do DOM/SC; 210 municípios utilizando sistemas do Programa de Gestão
33 Tributária; 9 milhões de empresas processadas no Simples Nacional; 83 portais de
34 Câmaras Municipais; lançamento do sistema de Gestão da Nota Fiscal de Serviços
35 Eletrônica, sendo o projeto piloto desenvolvido no município de Fraiburgo e Jaraguá
36 do Sul está em fase de contratação; a consolidação do sistema de Gestão do
37 Simples Nacional, o qual já é utilizado por capitais como Recife, Salvador e Porto
38 Alegre e é referência junto ao Comitê Gestor do Simples Nacional; mais de 150 mil
39 atos processados no REGIN Municipal (pedidos de viabilidade, alvarás, mudanças
40 na constituição empresarial...); implantação do programa de compra

41 compartilhada, onde o CIGA lança editais relativos a determinados produtos ou
42 sistemas que poderão ser contratados pelos entes consorciados, sendo que os
43 maiores benefícios são os ganhos de escala nos valores, a diminuição da burocracia
44 na contratação pelo município, várias prefeituras discutindo acerca da definição do
45 termo de referência dos editais. O primeiro edital de licitação compartilhada está
46 em andamento e prevê a contratação de um sistema de gestão para assistência
47 social. Na sequência, o Sr. Gilsoni L. Albino apresentou a evolução da publicação de
48 atos no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, que em 2008 era
49 de 1.908 atos e em 2015 foram publicados 233.508 atos. A economia de recursos
50 estimada por todos os municípios que publicaram no DOM/SC em 2015 foi de 45
51 milhões de reais e as edições diárias tiveram em média mais de 1.000 atos. Ato
52 contínuo, o Sr. Gilsoni L. Albino apresentou a solicitação do Conselho de
53 Administração para publicação de edições extras no Diário Oficial dos Municípios de
54 Santa Catarina - DOM/SC aos finais de semana, quando solicitada por algum
55 município consorciado, sendo que a mesma deve possuir no máximo 50 páginas
56 e/ou 50 atos por município. Tal demanda surgiu do fato de que, em duas ocasiões,
57 o município de Blumenau requereu a publicação de edição extra no final de
58 semana. Desta forma, o valor da edição extra, quando o município informar ao
59 CIGA a intenção de fazê-la até sexta-feira, será de R\$ 640,00 (seiscentos e
60 quarenta reais). Já, se o município solicitar a edição extra em caráter emergencial
61 no final de semana, o valor será de R\$ 1.280,00 (um mil e duzentos e oitenta
62 reais). Quando tratar-se de edições extras por motivo catástrofes, o CIGA não
63 cobrará a edição do município consorciado. O Presidente do CIGA, Sr. Charles R.
64 Schwambach retomou a palavra e ressaltou a consideração que a Receita Federal
65 do Brasil possui pelo CIGA, pois o Consórcio é um dos entes que recebe
66 primeiramente os relatórios gerados pela mesma para validação mediante
67 processamento no sistema de Gestão do Simples Nacional do CIGA. Lembrou,
68 ainda, que a Caixa Econômica Federal está analisando a possibilidade de firmar um
69 acordo com o CIGA para utilização do sistema de Gestão de Obras, tendo como
70 objetivo o acompanhamento das obras dos municípios financiadas com os recursos
71 disponibilizados pela mesma. Assim, o Presidente do CIGA chamou a atenção dos
72 presentes para o fato de que, embora instituições exigentes como a Receita
73 Federal, a Caixa Econômica Federal e outras capitais brasileiras tenham interesse
74 nos sistemas do CIGA, há ainda municípios de Santa Catarina não se consorciaram
75 ou não utilizam os sistemas do CIGA, sendo que estes são ofertados a um custo
76 entre 7% e 10% do valor de mercado, o que é relevante tendo em vista a situação
77 atual de crise nos municípios. O Sr. Charles R. Schwambach lembrou, ainda, que
78 para os sistemas necessários aos municípios, caso o CIGA não os tenha para
79 fornecer diretamente, o CIGA pode promover uma licitação compartilhada, na
80 modalidade registro de preços, para todos os municípios consorciados, sendo que a

81 adesão do município é opcional e o contrato será firmado entre município e
82 fornecedor do sistema. O Diretor Executivo seguiu com a pauta relativa à Prestação
83 de Contas do Exercício de 2015 comentando o orçamento, o plano de trabalho e os
84 reajustes dos programas do CIGA já foram apreciados pelo Conselho de
85 Administração *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária - AGO, devido aos
86 prazos dos orçamentos municipais, para posterior homologação na AGO. Os
87 destaques de 2015 expostos pelo Sr. Gilsoni L. Albino foram os seguintes: aquisição
88 da sede própria do CIGA (2 salas com garagens); disponibilidade de recursos para
89 aquisição de outras 2 salas, atualmente locadas pelo CIGA; manutenção de todos
90 os serviços com os valores revisados apenas pela inflação; redução do valor do
91 sistema do REGIN, tendo em vista o incremento na adesão dos municípios e ainda
92 a capacidade de devolução do IR retido na fonte aos consorciados. Na sequência, o
93 Diretor Executivo iniciou a apresentação da Prestação de Contas do Exercício de
94 2015 com o detalhamento da receita do CIGA no exercício de 2015, a qual totalizou
95 R\$ 3.470.549,72 (três milhões, quatrocentos e setenta mil, quinhentos e quarenta
96 e nove reais e setenta e dois centavos). Em ato contínuo, o Diretor Executivo expôs
97 as despesas liquidadas pelo CIGA em 2015, separadas por fonte recurso: na fonte
98 01.00 (recursos ordinários) as despesas totalizaram R\$ 2.610.695,40 (dois milhões,
99 seiscentos e dez mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos); e na
100 fonte 06.00 (superávit de exercício anterior) as despesas totalizaram R\$
101 387.058,11 (trezentos e oitenta e sete mil, cinquenta e oito reais e onze centavos).
102 O total das despesas do CIGA liquidadas no exercício de 2015 foi de R\$
103 2.997.753,51 (dois milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e
104 cinquenta e três reais e cinquenta e um centavos). Logo, o Sr. Gilsoni L. Albino
105 apresentou o demonstrativo das receitas, despesas liquidadas e despesas a liquidar
106 por fonte recurso: na fonte 01.00 (recursos ordinários) – receita de R\$
107 3.358.022,72 (três milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, vinte e dois reais e
108 setenta e dois centavos), despesa liquidada de R\$ 2.610.695,40 (dois milhões,
109 seiscentos e dez mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos),
110 despesas a liquidar de R\$ 68.551,62 (sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e
111 um reais e sessenta e dois centavos) – saldo final de R\$ 678.775,70 (seiscentos e
112 setenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta centavos); na fonte
113 02.00 (recursos ordinários) – receita de R\$ 112.527,00 (cento e doze mil e
114 quinhentos e vinte e sete reais), sendo que não houve despesas nessa fonte, o
115 saldo final ficou em R\$ 112.527,00 (cento e doze mil e quinhentos e vinte e sete
116 reais); na fonte 06.00 (superávit de exercício anterior) – superávit de R\$
117 524.005,72 (quinhentos e vinte e quatro mil, cinco reais e setenta e dois centavos),
118 despesa liquidada de R\$ 387.058,11 (trezentos e oitenta e sete mil, cinquenta e
119 oito reais e onze centavos), despesas a liquidar de R\$ 1.312,00 (um mil e trezentos
120 e doze reais) – saldo final de R\$ 135.635,61 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos

121 e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos). Ato contínuo, o Sr. Gilsoni L.
122 Albino concluiu a prestação de contas de 2015 com a apresentação dos saldos
123 bancários em 31 de dezembro de 2015: R\$ 61.086,52 (sessenta e um mil, oitenta e
124 seis reais e cinquenta e dois centavos) em contas correntes e R\$ 999.815,20
125 (novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e quinze reais e vinte centavos) em
126 aplicações financeiras, totalizando o ativo financeiro em R\$ 1.060.901,72 (um
127 milhão, sessenta mil, novecentos e um reais e setenta e dois centavos). Na
128 sequência, o Diretor Executivo expôs para a Assembleia os valores dos reajustes
129 pela inflação dos sistemas do CIGA, sendo que o Diário Oficial do Municípios, o
130 Programa de Gestão de Obras, o Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores
131 (PGCV), o REGIN e o sistema de Gestão do Simples Nacional (municípios do estado
132 de Santa Catarina) foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao
133 Consumidor (INPC), publicado pelo IBGE, correspondente à variação no período de
134 agosto de 2014 a julho de 2015 que foi de 9,81%. Já, o sistema de Gestão do
135 Simples Nacional (municípios de outros estados) foi atualizado pelo Índice Nacional
136 de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo IBGE, correspondente à variação
137 no período de agosto de 2014 a julho de 2015 que foi de 9,07%. Para o sistema de
138 Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, a definição dos valores foi realizada
139 com base no número de habitantes, sendo o valor de R\$ 360,00 (trezentos e
140 sessenta reais) ao mês para municípios com até 9.000 habitantes, e para os
141 municípios com mais de 9.000 habitantes o valor mensal será de R\$ 0,04 (quatro
142 centavos) por habitante. Os reajustes dos sistemas e o valor do sistema da nota
143 fiscal de serviços eletrônica já haviam sido aprovados pelo Conselho de
144 Administração *ad referendum* da Assembleia Geral, conforme Resoluções nº
145 93/2015 e 94/2015, as quais trazem as tabelas de valores dos sistemas do CIGA
146 para o exercício de 2016. O Presidente do CIGA retomou a palavra e colocou em
147 votação a prestação de contas do Exercício de 2015 do CIGA e a homologação dos
148 valores dos sistemas ofertados pelo CIGA para 2016, sendo ambos os itens
149 aprovados por unanimidade. Na sequência, o Sr. Gilsoni L. Albino, apresentou à
150 Assembleia a revisão geral anual dos salários do CIGA, a qual foi aprovada pelo
151 Conselho de Administração, e totalizou o percentual de 11,28% correspondente ao
152 Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo IBGE, acumulado
153 no exercício de 2015. O Diretor Executivo, na sequência, apresentou a Proposta
154 Orçamentária de 2016, sendo a estimativa de Receita no valor de R\$ 3.160.000,00
155 (três milhões e cento e sessenta mil reais) e a Despesa orçada em R\$ 3.160.000,00
156 (três milhões e cento e sessenta mil reais), sendo R\$ 1.236.606,96 (um milhão,
157 duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e seis reais e noventa e seis centavos) para
158 Administração e manutenção do CIGA relacionado à Gerência Administrativa, R\$
159 1.891.793,04 (um milhão, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e noventa e
160 três reais e quatro centavos) para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de

161 TI relacionado à Gerência de Tecnologia da Informação e R\$ 31.600,00 (trinta e um
162 mil e seiscentos reais) de reserva de contingência. Do total da despesa orçada, R\$
163 1.745.240,00 (um milhão, setecentos e quarenta e cinco mil e duzentos e quarenta
164 reais) são para Outras Despesas Correntes, R\$ 1.177.760,00 (um milhão, cento e
165 setenta e sete mil e setecentos e sessenta reais) são para despesas com Pessoal e
166 Encargos Sociais e R\$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais) são para
167 reserva de contingência. O Sr. Charles R. Schwambach colocou em apreciação e
168 aprovação o Orçamento do CIGA para o exercício de 2016, que foi aprovado por
169 unanimidade pela Assembleia Geral. Logo, o Sr. Gilsoni L. Albino continuou com a
170 exposição de um estudo preliminar, a pedido do Presidente do CIGA, que identificou
171 as inúmeras áreas de gestão das prefeituras (mais de 65 áreas), nas quais cabem
172 sistemas que poderão vir a ser ofertados ou licitados pelo CIGA. Assim, o Diretor
173 Executivo comunicou aos presentes que o CIGA irá promover pesquisas para
174 coletas de informações acerca de quais áreas existe o interesse de que haja novos
175 sistemas sendo ofertados pelo CIGA. Ato contínuo, o Sr. Gilsoni L. Albino chamou
176 atenção para o fato de que a atração e a retenção de colaboradores capacitados no
177 CIGA é importante, mas não é fácil de se conseguir, devido à concorrência existente
178 no mercado de trabalho. Para tanto, o próprio Presidente do CIGA solicitou ao
179 Diretor Executivo que houvesse a implantação de uma política de remuneração por
180 desempenho, de forma que os objetivos dos municípios consorciados, do CIGA e
181 dos colaboradores estejam alinhados. Assim, o Sr. Gilsoni L. Albino expôs a
182 estruturação do prêmio por produtividade que dar-se-á da seguinte forma: precede
183 a elaboração do Planejamento Estratégico de longo prazo e o Plano de Trabalho
184 Anual; elaboração dos acordos de resultado; formalização; e controle, avaliação e
185 fiscalização da execução. A provisão para o pagamento do prêmio por produtividade
186 é composta por: 1,5% da receita orçamentária prevista do CIGA no exercício; até
187 6% da arrecadação acima do previsto, caso o somatório do PIB dos municípios
188 consorciados tenham evolução positiva em comparação a estimativa mais recente
189 (deduzida a inflação); ou até 3% da arrecadação acima do previsto, caso os
190 municípios tenham seu PIB estagnado ou negativo em relação ao ano anterior. O
191 prêmio por produtividade será distribuído em parcela única anual ou em duas
192 parcelas por ano, logo após a realização das avaliações e acompanhamento dos
193 resultados, sendo que cada colaborador receberá no primeiro ano do prêmio, no
194 máximo, o valor equivalente a uma referência salarial mensal. O colaborador
195 receberá 100% do prêmio, quando atingir 100% das suas metas ou as superarem;
196 80% do prêmio, quando atingirem 90% de suas metas acordadas; 60% do prêmio,
197 quando atingirem 80% de suas metas acordadas. O pagamento do prêmio
198 atenderá aos limites do CIGA de gasto com pessoal, nos termos da Lei de
199 Responsabilidade Fiscal, bem como não será distribuído caso o CIGA apure déficit
200 orçamentário. A metodologia a ser aplicada na medição do alcance das metas será

201 a *Objectives and Key Results* – OKR (Objetivos e Resultados Chaves). Para cada
202 meta (objetivo) haverá um ou mais resultados chaves que precisam ser atingidos,
203 sendo que as metas precisam ser ambiciosas e os resultados chaves mensuráveis.
204 O detalhamento das metas e dos percentuais ficará a cargo das gerências e da
205 diretoria executiva do CIGA. Com a implementação desta nova política de
206 meritocracia espera-se alcançar agilidade nas atividades desenvolvidas pelos
207 colaboradores, tornar a comunicação mais clara, aumentar a cooperação entre a
208 equipe, fornecer autonomia aos colaboradores e, principalmente, alinhar os
209 objetivos pessoais aos objetivos estratégicos do CIGA. O Presidente do CIGA
210 retomou a palavra e enfatizou a eficiência da equipe do CIGA no alcance dos
211 resultados, citando o fato de que a meta de consorciar 100% dos municípios
212 catarinenses até 2017 já está em 93%, alcançado até o final de 2015. O Sr. Charles
213 R. Schwambach ressaltou, também, o fato de que o CIGA concorre diretamente
214 com as empresas privadas, seja em desenvolvimento de sistemas ou em retenção
215 de colaboradores, e que pelo fato do CIGA ser empresa pública não há como
216 negociar salários com os colaboradores, tal qual ocorre na iniciativa privada, e o
217 CIGA pode vir a perder um funcionário e levar mais um tempo para que um novo
218 funcionário alcance o nível de desempenho daquele que se desligou. Por isso, o
219 Presidente do CIGA sugere a implementação deste sistema de remuneração
220 meritocrático, cujo modelo apresentado pelo CIGA foi baseado em experiências
221 internacionais e nacionais, e parte da premissa de que não haverá custo adicional
222 aos entes consorciados, uma vez que a bonificação será concedida mediante um
223 aumento de desempenho do profissional que acaba por produzir o seu próprio
224 bônus. Com isso, entende o Sr. Charles R. Schwambach, o CIGA resolve o seu
225 problema de competição com a iniciativa privada, quanto à retenção de talentos no
226 Consórcio. O Presidente do CIGA ainda comentou que o CIGA consegue manter os
227 sistemas em funcionamento com um baixo custo pelo fato de possuir bons
228 funcionários, e solicitou que a Assembleia Geral aprove a instituição do prêmio por
229 produtividade, o qual será implementado com transparência e legalidade, inclusive
230 levando em conta o crivo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que o
231 CIGA é atualmente submetido. Na sequência, o Diretor Executivo apresentou os
232 projetos candidatos para serem desenvolvidos no exercício de 2016, quais sejam:
233 Desenvolvimento da Declaração Eletrônica de Serviços; Ampliação da Infraestrutura
234 de TI; Atualização do Contrato de Consórcio; Implantação da Gestão por
235 Competência/Meritocracia; Desenvolvimento da nova versão do Diário Oficial
236 Eletrônico; Levantamento completo dos softwares necessários a administração
237 pública municipal; Licitação e disponibilização do Serviço de Gestão Telefônica;
238 Implantação do processo *Service Desk* (Melhoria do atendimento prestado);
239 Licitação e disponibilização dos serviços de correio; Licitação e disponibilização do
240 Sistema de Gestão do Trânsito; Implementação do Sistema de Usuário a partir de

241 certificados digitais; Desenvolvimento de aplicativo *mobile* para a Nota Fiscal de
242 Serviços Eletrônica; Revisão dos Indicadores de Desempenho; Disponibilização do
243 Sistema de GeoProcessamento e Planta Genérica de Valores; Realizar o
244 Planejamento Estratégico 2016/202; Implementação do Sistema Virtual de
245 Reuniões; Preparar informativo de Gestão Periódico; e Realizar Relatório de
246 Atividades. Ato contínuo, o Sr. Gilsoni L. Albino apresentou os 48 novos municípios
247 consorciados a serem homologados pela Assembleia: Ponte Alta, Treze de Maio, São
248 José de Cerrito, Sul Brasil, Blumenau, Witmarsum, Rio dos Cedros, Pinhalzinho,
249 Anitápolis, Dona Emma, Santa Rosa de Lima, Balneário Arroio do Silva, Pedras
250 Grandes, Barra Bonita, Bom Jesus, Arabutã, Tangará, Urupema, Rio do Oeste, Rio
251 do Campo, Rio das Antas, Rio Rufino, Bocaina do Sul, Paraíso, Jardinópolis,
252 Guatambu, Guaraciaba, Arvoredo, Itajaí, Vargem, Imbuia, Santa Terezinha, Major
253 Gercino, Mondaí, Otacílio Costa, Morro Grande, Riqueza, Itapema, Luís Alves,
254 Piratuba, Salvador-BA, Simões Filho-BA, Camaçari-BA, Itu-SP, Curitiba-PR, Porto
255 Alegre-RS (consorciamento parcial Simples), João Pessoa-PB e Rio Branco-AC. O
256 Presidente do CIGA tomou a palavra e questionou se algum dos Prefeitos presentes
257 possui alguma objeção quanto ao ingresso dos novos municípios. Visto que não
258 houve nenhuma objeção, foi aprovado por unanimidade da Assembleia Geral o
259 ingresso dos 48 novos municípios consorciados ao CIGA. O próximo assunto trazido
260 para apreciação da Assembleia, pelo Diretor Executivo do CIGA, foi a homologação
261 da criação, pelo Conselho de Administração - *ad referendum* da Assembleia -, da
262 Câmara Técnica de Direito Tributário (art. 16, inciso VII, alínea 'd' conforme
263 Resolução nº 89, de 03 de setembro de 2015). A Câmara Técnica Tributária
264 esclareceu o Sr. Gilsoni L. Albino, possui caráter permanente e serve para fomentar
265 um debate que serve de parâmetro para pontos específicos e comuns importantes
266 dentro Administração tributária, em especial aspectos referentes à utilização de
267 instrumentos e medidas de gestão, que podem melhorar a arrecadação própria e
268 proporcionar uma melhor distribuição do ônus fiscal. A Câmara Técnica é composta
269 pelos seguintes membros:

270 Membros convidados dos municípios:

- 271 - Leandro Francisco Torquato (Fiscal de Tributos - Biguaçu/SC);
- 272 - José Luiz do Nascimento (Diretor do Departamento de Fiscalização - Rio do
273 Sul/SC);
- 274 - André Vargas Laureano (Fiscal de Tributos - Laguna/SC);
- 275 - Jorge Alfredo Diener (Auditor Fiscal Tributário - Lages/SC);
- 276 - Maurício Marafon (Auditor de Tributos - Chapecó/SC);
- 277 - Indianara de Bona (Diretora de Fazenda - São Lourenço do Oeste/SC);
- 278 - Carlos Alberto Borghezán (Auditor Fiscal - Tijucas/SC);
- 279 - Jean Nascimento (Auditor Fiscal - Garopaba/SC);
- 280 - Maurício José da Silva (Auditor Fiscal - Itajaí/SC)

281 Membros convidados das seguintes entidades:

282 - Juarez Augusto Dias (Assistente Administrativo – FECAM);

283 - Alexandre Alves (Diretor – EGEM);

284 - Eduardo Magnus Michalski (Analista do Ministério Público Estadual);

285 - Rui Braun (Secretário Executivo – AMURC);

286 - Maria Angélica Faggiani (Presidente - CONFAZ-M).

287 Além da aprovação da respectiva Câmara Técnica Tributária, o Diretor Executivo do
288 CIGA colocou para aprovação da Assembleia o custeio, pelo CIGA, das despesas
289 inerentes ao deslocamento dos respectivos membros para as reuniões da Câmara
290 Técnica. O Dr. Charles R. Schwambach colocou para aprovação da Assembleia Geral
291 a homologação da Câmara Técnica Tributária e o custeio das despesas para os
292 membros da mesma, em virtude das reuniões a serem realizadas pela respectiva
293 Câmara, sendo os dois itens aprovados por unanimidade. O Sr. Gilsoni L. Albino
294 seguiu com o próximo item da pauta relativo à aprovação das seguintes alterações
295 do Contrato de Consórcio Público do CIGA:

296 - Homologação da alteração do endereço da sede do CIGA - **Nova redação:** 'Art.
297 3º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA tem sua sede à
298 Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º
299 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.'

300 - Aprovação da alteração da redação do art. 7.º, parágrafo único, inciso V, do
301 Contrato de Consórcio, para retirar 'mediante autorização e adesão do município' e
302 acrescentar 'nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do
303 Decreto n.º 6.017/2007.' - **Nova redação:** 'V - realizar licitações para contratação
304 de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do §1.º do
305 art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007;'

306 - Aprovação da alteração da redação do art. 7.º, parágrafo único, inciso VI, do CC:
307 retirar 'inciso XXVI', deixar apenas 'art. 24 da Lei 8.666/93' - **Nova redação:** 'VI -
308 contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes
309 consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei nº 8.666/93;'

310 - Aprovação da alteração da redação do art. 9º, inciso I, para adequá-lo à realidade
311 do CIGA - **Nova redação:** 'I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de
312 Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de
313 recursos financeiros previstos em contrato;'

314 - Aprovação da alteração da redação do art. 9º, inciso II, para adequá-lo à
315 realidade do CIGA - **Nova redação:** 'II - acatar as determinações da Assembleia
316 Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGA;'

317 - Aprovação da possibilidade de realizar Assembleia Geral virtualmente (voto com
318 certificado digital). Para isso, acrescentar ao art. 14 o parágrafo 3º - **Redação:**
319 '§3º. A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de

320 métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e
321 de seus respectivos votos.'

322 - Aprovação da alteração do art.19 para suprimir o inciso II ('aprovar e modificar o
323 Regimento Interno do CIGA;'), atribuindo tal competência à Assembleia Geral,
324 notadamente no art. 16 inciso III - **Nova redação:** III - aprovar as alterações do
325 Contrato de Consórcio Público e do Estatuto;

326 - Aprovação da alteração da redação do art. 16, inciso VI, para adequá-lo à
327 realidade do CIGA - **Nova redação:** 'VI - homologar as decisões que o Conselho de
328 Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral;'

329 - Aprovação da alteração da redação do **art. 16, inciso VII, para suprimir a**
330 **alínea 'd'** (a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a
331 participação da sociedade civil), que passa a ser uma competência do Conselho de
332 Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral do CIGA.

333 - Aprovação da alteração da redação do art. 19, inciso XIII, para acrescentar os
334 membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do CIGA -
335 **Nova redação:** 'XIII - a instituição de diárias para fins de ressarcimento das
336 despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do
337 CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que
338 viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos
339 fixados no Regimento Interno.'

340 - Aprovação do reembolso de despesas das Câmaras Temáticas, acrescentando, no
341 art. 19 do Contrato de Consórcio, mais uma competência ao Conselho de
342 Administração do CIGA, qual seja - **Redação:** 'XIV - regulamentar a forma de
343 custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras
344 Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus
345 integrantes.'

346 - Aprovação da permissão ao CIGA para a concessão de Patrocínios, acrescentando
347 no art. 19 do Contrato de Consórcio, mais uma competência ao Conselho de
348 Administração do CIGA, qual seja - **Redação:** 'XV - autorizar a celebração de
349 Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento
350 municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado
351 pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de
352 Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida.'

353 - Aprovação de nova competência ao Conselho de Administração, *ad referendum* da
354 AG, acrescentando o inciso XVI - **Redação:** 'XVI - aprovar, ad referendum da
355 Assembleia Geral: a) o Orçamento anual do CIGA, bem como respectivos créditos
356 adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos
357 de eventuais contratos de rateio; b) o Plano de Trabalho; c) o Relatório Anual de
358 Atividades; d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal; e) a

359 criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação
360 da sociedade civil;

361 - Aprovação da extinção dos empregos públicos de 'auxiliar de serviços gerais' e de
362 'engenheiro'

363 - Aprovação da alteração da estrutura administrativa do CIGA (quadro de pessoal),
364 com a criação de novos empregos públicos no CIGA, quais sejam: a) mais 2 (dois)
365 empregos públicos de Assistente Administrativo; b) mais 3 (três) empregos
366 públicos de Analistas de Sistemas; c) mais 5 (cinco) empregos públicos de
367 Desenvolvedores; e d) mais 5 (cinco) empregos públicos de Técnicos em TI.

368 - Aprovação da **alteração da redação do artigo 28**, para atualizar o número de
369 empregados do CIGA. Com as alterações antes mencionadas, incluindo os
370 empregos públicos e em comissão, serão **34 empregados** do Consórcio de
371 Informática na Gestão Pública Municipal.

372 - Aprovação da alteração da redação do artigo 33, para acrescentar o inciso X e o
373 Parágrafo único - **Redação:** 'X - o produto da arrecadação do imposto de renda,
374 incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CIGA, que
375 atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes
376 federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração
377 de superávit no exercício anterior.' **Redação:** 'Parágrafo único: Será indevido
378 recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os
379 pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo
380 158, I, da Constituição Federal.'

381 - Aprovação da alteração da redação do artigo 35 - **Nova redação:** 'Art. 35. Os
382 entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CIGA e aos serviços
383 prestados nos termos definidos em contrato.'

384 - Aprovação da alteração da redação do artigo 36 - **Nova redação:** 'Art. 36.
385 Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar
386 à disposição do CIGA os bens e serviços de sua própria administração para uso
387 comum, nos termos definidos em contrato.'

388 - Aprovação da alteração da redação do artigo 39 - **Nova redação:** 'Art. 39. Será
389 excluído do CIGA o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento
390 Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato.'

391 - Aprovação da alteração da redação do artigo 40 - **Nova redação:** 'Art. 40. Será
392 igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em
393 contrato.'

394 - Aprovação da alteração da redação do artigo 51, para que passe a constar no
395 próprio Contrato de Consórcio o DOM/SC como a Imprensa Oficial do CIGA. O
396 conteúdo anterior do art. 51, qual seja, cláusula de eleição de foro, irá para o art.
397 52, que será acrescentado - **Nova redação:** 'Art. 51. Fica instituído como órgão
398 oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal -

399 CIGA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por
400 meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

401 - Aprovação da criação do art. 52, que prevê a cláusula de eleição de foro (institui o
402 foro da Comarca da Capital para dirimir quaisquer demandas envolvendo o
403 Consórcio) - **Redação:** 'Art. 52. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de
404 Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio.'

405 - Autorização para incluir relação de consorciados ao CIGA no Anexo I.

406 - Autorização para atualizar o Anexo II com as decisões do conselho de
407 administração e assembleia geral tomadas até a presente data, atualizando assim:
408 Nome do emprego, número de vagas e remuneração do CIGA.

409 - Aprovação para atribuir ao Diretor Executivo a competência para instituir Horário
410 Flexível/Home Office/Banco de Horas.

411 - Aprovação da instituição do Sobreaviso, tendo em vista a necessidade de manter
412 os sistemas do CIGA em funcionamento sem interrupções, ou em dias não úteis
413 como feriados e finais de semana.

414 - Aprovação da adequação da denominação de nosso Regimento Interno para
415 Estatuto, como previsto na Lei 11.107/2005 e no Decreto 6.017/2007 - **Redação:**
416 Onde se lê 'Regimento Interno', leia-se 'Estatuto'.

417 - Aprovação da alteração do artigo 74 do Regimento Interno, agora Estatuto, para
418 adequar o mês de aplicação da revisão geral anual das remunerações dos
419 empregados do CIGA, de 'maio' para 'janeiro' - **Nova Redação:** 'Art. 74. Quando
420 houver disponibilidade financeira e o CIGA estiver dentro dos limites estabelecidos
421 pela Lei de Responsabilidade Fiscal, será concedida revisão geral anual de salários
422 aos empregados do CIGA, sempre no mês de janeiro de cada ano, nos termos da
423 variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto
424 Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do
425 Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas -
426 FGV.'

427 - Autorização para adequar o Estatuto às alterações que foram aprovadas no
428 Contrato de Consórcio Público.

429 O Presidente do CIGA retomou a palavra e mencionou que a mudança de endereço
430 do sede do CIGA, por exemplo, precisa ser homologada pela Assembleia Geral, bem
431 como as demais alterações apresentadas e esclareceu que embora haja a
432 proposição de alterações no número de alguns cargos do CIGA, isso não significa
433 que as contratações ocorrerão no curto prazo. Além disso, ressaltou que o CIGA irá
434 demorar, no mínimo, uns dois anos para submeter todas estas alterações às
435 câmaras de vereadores dos municípios consorciados. Tais alterações, mencionou o
436 Dr. Charles R. Schwambach, são adequações no Contrato do Consórcio para
437 adequá-lo à legislação e às situações objetivas e corriqueiras do CIGA. O Diretor
438 Executivo do CIGA esclareceu aos presentes que as alterações propostas ao

439 Contrato de Consórcio Público serão remetidas às câmaras de vereadores dos
440 municípios consorciados após a aprovação da presente Assembleia Geral. Ainda, o
441 Sr. Gilsoni L. Albino informou que a apresentação será disponibilizada pelo período
442 de cinco dias, antes de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, aos entes
443 consorciados para que os mesmos verifiquem se estão de acordo com as alterações
444 sugeridas e/ou se há algum questionamento acerca das proposições realizadas. O
445 Presidente do CIGA reforçou que não só a apresentação, mas, qualquer documento
446 contábil, atas e demais registros físicos ou eletrônicos sempre estarão abertos aos
447 consorciados caso queiram verificar algumas questões e encaminhar algum pedido
448 de esclarecimento ao CIGA. O Dr. Charles R. Schwambach continuou sua fala
449 mencionando que, no seu entendimento, um dos pontos mais importantes das
450 alterações é a mudança do quadro funcional e ressaltou que se trata de um
451 planejamento para o futuro. Ainda, mencionou que, desde quando assumiu a
452 presidência do CIGA, tem participado de forma ativa na condução do CIGA
453 procurando atender o que os prefeitos precisam, e enfatizou a importância de
454 manter funcionários qualificados na estrutura do CIGA. Logo, o Presidente colocou
455 em votação as alterações do Contrato de Consórcio Público, sendo a aprovação de
456 forma unânime pelos presentes. Por fim, o Sr. Gilsoni L. Albino encaminhou o
457 último item da pauta: eleição e posse dos membros do Conselho de Administração
458 e do Conselho Fiscal, e anunciou os prefeitos listados a seguir que compõem a
459 proposição de chapa dos Conselhos para que a votação pudesse ser realizada:

460 **Conselho de Administração**

461 Presidente: Charles Rafael Schwambach - Prefeito de Braço do Trombudo (AMAVI)

462 Primeiro Vice-presidente: Ludovino Labas - Prefeito de Lebon Régis (AMARP)

463 Segundo vice-presidente: Daniel Christian Bosi - Prefeito de Ilhota (AMFRI)

464 Primeiro Secretário: Ari Prestes de Oliveira - Prefeito de Anchieta (AMEOSC)

465 Segundo Secretário: Fabiano da Luz - Prefeito de Pinhalzinho (AMOSC)

466 **Conselho Fiscal**

467 Titulares:

468 Jorge Leonardo Nesi - Prefeito de Gravatal (AMUREL)

469 Evandro João dos Santos - Prefeito de Paulo Lopes (GRANFPOLIS)

470 Wellington Bielecki - Prefeito de Mafra (AMPLANORTE)

471 Suplentes:

472 Luiz Carlos Alves de Freitas - Prefeito de Capão Alto (AMURES)

473 Lucimar Antônio Salmória – Prefeito de Abdon Batista (AMPLASC)

474 Luiz Roberto de Oliveira - Prefeito de São Francisco do Sul (AMUNESC)

475 Em ato contínuo, o Diretor Executivo colocou para apreciação a chapa, a
476 Assembleia Geral elegeu os candidatos nomeados na respectiva chapa. O
477 Presidente solicitou que a aprovação fosse feita por aclamação, sendo que a chapa
478 proposta foi aclamada e empossada. O Dr. Charles R. Schwambach agradeceu a

479 FECAM, as associações de municípios e aos prefeitos presentes pela confiança e
480 enfatizou que os prefeitos tenham sempre o CIGA como um braço da prefeitura,
481 que passem os seus problemas e dificuldades relacionados à informática nas
482 prefeituras ao CIGA e que dentro das possibilidades o CIGA criará novos produtos.
483 Ato contínuo, o Presidente do CIGA deu por encerrada a 14ª Assembleia do CIGA.
484 Eu, Morgana Arent Michels redigi esta ata, a qual foi revisada pelo Diretor Executivo
485 do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

486

487

488

489 **MORGANA ARENT MICHELS BAGINI**
490 Gerente Administrativa

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo